

O dinheiro das cidades

24 JUN 1993

MÁRCIO MOREIRA ALVES



ESTADO DE SÃO PAULO

bancos credores. Agora, é quem cobra.

As negociações de Maria Sílvia são baseadas numa lei, aprovada em 1991 pela Câmara Municipal, que se revelou tão eficiente que está sendo copiada em outras cidades. Essencialmente, ela permite ao Fisco municipal fazer uma substituição tributária, ou seja, determinar que uma empresa grande funcione como arrecadadora do Imposto Sobre Serviços (ISS) de seus fornecedores menores. Por exemplo: as empresas aéreas, que são poucas, passam a se responsabilizar pelo recolhimento do ISS das comissões das agências de viagens, que são 1.200. A maior centralização das fontes arrecadoras permite, inclusive, uma fiscalização inteligente.

A cobrança das dívidas do governo federal passa, em parte, por esse sistema de substituição tributária. A Caixa Econômica, que, segundo Maria Sílvia, deve à cidade US\$ 17 milhões pela venda de loterias, negociará a dívida antiga e passará a arrecadar os impostos dos seus agentes. A Casa da Moeda, que deve US\$ 45 milhões pela impressão de passaportes e venda de fichas de telefone, está estudando como pagar. Aliás, a Casa da Moeda dever alguma coisa é bem um sinal dos nossos tempos bagunçados. Difícil é cobrar da Companhia Docas, que não tem o hábito de pagar impostos, nem no Rio nem em porto algum, e deve de US\$ 100 a US\$ 250 milhões.

Pela conversa da secretária da Fazenda, as finanças do Rio vão muito bem, obrigado. Houve um erro de estimativa das receitas do IPTU no início do governo, cerca de US\$ 80 milhões, ou seja, 8% da receita total, mas ela espera cobrir esse fosso com a atualização do cadastro de terrenos, que não é feita desde 1991, e com a modernização do sistema arrecadador. A adoção de um código

de barras, como o das mercadorias dos supermercados, e a sua leitura ótica vão eliminar a necessidade de se digitar a papelada do ISS.

Uma das medidas de modernização do Rio foi copiada da administração de Luiza Erundina, em São Paulo. A Prefeitura chegou a um acordo com os bancos que recebem impostos. Em vez de deixar o dinheiro depositado por dois dias, pagará uma tarifa fixa pelos serviços que prestam. Só isso, calcula Maria Sílvia, vai resultar numa economia de US\$ 11 milhões por ano.

Um truque que São Paulo não pode imitar é o utilizado para atrair as empresas de leasing. Quase todas haviam imigrado para Barueri, porque lá, há alguns anos, se cobra apenas 0,5% sobre as operações de arrendamento de máquinas e equipamentos. São Paulo e o Rio cobravam 5%, dez vezes mais. Agora, com a promessa das empresas cariocas de voltarem para o Rio, a Câmara reduziu o imposto para os mesmos 0,5% de Barueri. São Paulo não tem a mesma chance porque está pertinho, o que não incentiva as empresas paulistanas a desmobilizar os escritórios que montaram no município vizinho.

Finalmente, há a questão da rapidez no pagamento das compras e das obras. A Prefeitura do Rio ainda leva cerca de três meses para pagar o que deve. No entanto, essa demora é em grande parte devida à burocracia interna das diversas secretarias. Atualmente, o Tesouro municipal, não só paga o que deve em oito dias, como publica no **Diário Oficial** a lista dos pagamentos a serem feitos, o que livra os governantes das pressões dos credores. Dá para imitar em Brasília?

■ Márcio Moreira Alves é jornalista e sociólogo

Os secretários de finanças das prefeituras das capitais reuniram-se em Brasília na semana passada, logo depois do discurso em que o ministro Fernando Henrique colocava o pagamento das dívidas de Estados e municípios com a União como uma das precondições para o combate à inflação e o ordenamento das finanças públicas.

Tendo em vista a simpatia com que o ministro foi recebido, trataram de conferir as suas informações, com medo de se sentarem no banco dos réus. Resultado: as capitais estão em dia com suas contas. Belo Horizonte deve apenas US\$ 4 milhões à Caixa Econômica, e não pagou à espera da rolagem geral prometida desde o ano passado. Curitiba e Fortaleza estão rigorosamente zeradas. Nem mesmo Salvador, que conquistou, com o radialista Fernando José, a duvidosa honra de ter o prefeito mais impopular do País, tem contas vencidas de monta. Não lhe deram crédito. Logo, os vilões são outros.

A recíproca não é verdadeira. A maioria dos secretários municipais tem na pasta tabelas de dívidas do governo federal para com as suas cidades.

A secretária da Fazenda do Rio de Janeiro, Maria Sílvia Bastos Marques, é uma economista chiquíssima. Só conta em dólares. Passou a sua vida profissional cuidando da área externa do governo federal e do BNDES, de onde é originária. Agora, pulou para o outro lado do balcão. Antes, era a devedora que batia à porta dos